

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Área de Preservação Permanente – Loteamento Solaris

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00004781-5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado

RAFAEL GHELLER, inscrito no CPF n. 088.283.749-42, portador do RG n. 5839143, com domicílio em Linha Humaitá, interior, Chapecó;

IDENIR SANTIN, inscrito no CPF n. 949.525.409-44, portador do RG n. 2.944.000-1, com domicílio em Linha Tafona, interior, Chapecó;

IVONE SILVA SANTIN, inscrita no CPF n. 611.208.209-87, portadora do RG n. 4.790.838, com domicílio em Linha Tafona, interior, Chapecó;

LOINHA TERESA CAVALLI PICOLI, inscrita no CPF n. 840.834.689-04, portadora do RG n. 1.617.886, com domicílio na Rua Condá, 1609-E, Passo dos Fortes, Chapecó;

MOACIR PICOLI, inscrito no CPF n. 065.536.809-49, portador do RG n. 560.858, com domicílio na Rua Condá, 1609-E, Passo dos Fortes, Chapecó;

CLAUDINEI MARCHETTI, inscrito no CPF n. 042.584.939-29, portador do RG n. 4.704.362, com domicílio em Linha Alegre, interior, Palmitos;

ANDERSON CARLOS PICOLLI, inscrito no CPF n. 042.584.939-29, portador do RG n. 4.704.362, com domicílio em Rua das Palmas, 450-E, Bairro Paraíso, Chapecó;

JUÇARA ROSA, inscrita no CPF n. 041.605.079-48, portadora do RG n. 3.482.319, com domicílio em Rua Tapua, 634-E, Bairro Esplanada, Chapecó;

ALCEU ALTAIR MARCHETI, inscrito no CPF n. 923.985.299-91, portador do RG n. 3.238.909, com domicílio em Rua Fernando Machado, 1835-E, apartamento 208, Bairro Universitário, Chapecó; e

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 83.021.808/0001-82, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 957-S, centro, Chapecó, neste ato representado pelo prefeito João Rodrigues; doravante denominados *compromissários*,

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da Lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO o dever legal do proprietário ou possuidor de recuperar as áreas de vegetação nativa suprimidas ou ocupadas sem autorização do órgão ambiental competente, visto o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio da responsabilidade civil ambiental, denominado "poluidor-pagador";

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público que o Loteamento Solaris, no ano de 2018, foi licenciado nas fases de Licença Ambiental Prévia – LAP e Licença Ambiental de Instalação – LAI, considerando-se a faixa de 15 metros de área de preservação permanente;

CONSIDERANDO que ao analisar consultas prévias de viabilidade de construções, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur, manifestou-se contrariamente aos pedidos porque se encontram em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO constar nas observações feitas pela Sedur que deveria ser respeitada a faixa *non edificandi* de 30 metros ao longo de curso d'água;

CONSIDERANDO que a Presidente da Associação de Moradores do Loteamento Solaris informou que outras obras nas proximidades do local ocasionaram a erosão do solo e o desvio de curso hídrico lá existente, o qual aproximou-se consideravelmente da área do Loteamento Solaris, que passou a ficar com a situação irregular;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação abordada no presente procedimento;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade o isolamento de área de preservação permanente e regularização do loteamento denominado Núcleo Habitacional Solaris, objeto da matrícula imobiliária n. 80.263;

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS PROPRIETÁRIOS (COMPENSAÇÃO)

Cláusula 2ª - No prazo de 60 dias, os compromissários comprovarão ao Ministério Público a instalação de cercas ao longo do curso d'água identificado nos autos, observando-se a distância de 15 metros;

Parágrafo único - As cercas terão 5 fios de arame liso, com mourões de concreto a cada 3 metros e serão mantidas perpetuamente em bom estado de conservação; cada proprietário arcará com os custos proporcionalmente à sua testada;

Cláusula 3ª - Não será permitido plantio ou qualquer uso da área de preservação permanente (15 metros), que continuará sendo a da legislação em vigor;

Cláusula 4ª - Em pelo menos 4 pontos da área de preservação permanente serão instaladas placas indicando que a área é de preservação permanente;

Cláusula 5ª - Os compromissários apresentarão relatório fotográfico ao Ministério Público em 75 dias da assinatura do presente;

Cláusula 6ª - A obrigação de manter as cercas em bom estado de conservação perpetuamente se transmitirá aos herdeiros e sucessores dos compromissários;

Cláusula 7ª - Em 45 dias da assinatura do presente, os compromissários comprovarão ao Ministério Público a averbação deste TAC na matrícula de seus imóveis;

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Cláusula 8ª - O Município de Chapecó aceita a redução da área de preservação permanente para 15 metros;

Parágrafo único. Na análise de projetos de construção e emissão de alvarás será respeitada a redução;

Cláusula 9ª - Cumprida a compensação, o Município liberará a caução dos lotes Q4458 L15, Q4458 L22, Q4463 L17, Q4465 L10 e Q 4465 L 18;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 10ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 100.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público, solidariamente;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 12ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 18 de fevereiro de 2021.

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

João Rodrigues
Município de Chapecó

Jânio Sadi Kulba Júnior
OAB/SC 36.255

Jauro Sabino Von Gehlen
Procurador-Geral do Município

Rafael Gheller
Compromissário

Idenir Santin
Compromissária

Ivone Silva Santinó
Compromissária

Loinha Teresa Cavalli Picoli
Compromissária

Moacir Picoli
Compromissário

Claudinei Marchetti
Compromissário

Anderson Carlos Picolli
Compromissário

Juçara Rosa
Compromissária

Alceu Altair Marcheti
Compromissário